

**PROJECTO DE AREIAS PESADAS 9412C
NAMPULA - MOÇAMBIQUE
PLANO DE REASSENTAMENTO
(RELATÓRIO PRELIMINAR PARA 4ª CONSULTA PÚBLICA)**



Mineral Resources Mozambique, Limitada

Novembro de 2024

PROJECTO DE AREIAS PESADAS 9412C
NAMPULA - MOÇAMBIQUE
PLANO DE REASSENTAMENTO



Assinatura: _____

Data: Novembro de 2024

Este relatório foi preparado pelo consultor de AIA *GENESIS LDA*, com toda a competência, cuidado e diligência dentro dos Termos de Contrato com o proponente do projecto, incorporando os Termos Gerais e Condições Gerais de Funcionamento e tomando em consideração os recursos dedicados ao mesmo, conforme acordo com o cliente.

Não se aceita qualquer responsabilidade perante o Cliente e outros no que respeita a qualquer questão fora do âmbito deste relatório.

RESUMO NÃO TÉCNICO

LOCALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA, PROPONENTE E VALOR DE INVESTIMENTO

A Mineral Resources Mozambique, Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, é titular da Concessão 9412C, localizada na Província de Nampula.

O principal objectivo da MRM é de desenvolver o projecto de mineração de areias pesadas para a extracção de minerais de titânio (ilmenite e rutilo) e de zircão usando o processo de mineração por dragagem para remover os minerais pesados das dunas de areia. O processo de mineração utiliza duas dragas de sucção que operam numa lagoa de mineração, especificamente, construída para este propósito.

De acordo com os estudos de viabilidade, a reserva geológica foi estimada em 25 533 000 toneladas, reservas industriais em 22 343 000 toneladas. O projecto terá a capacidade para minerar em média 800 mil Toneladas por Ano (Mtpa) de minério bruto (Run of Mine – RoM) por um período mínimo de 25 anos. Para a concretização do Projecto serão investidos 10 milhões de dólares americanos.

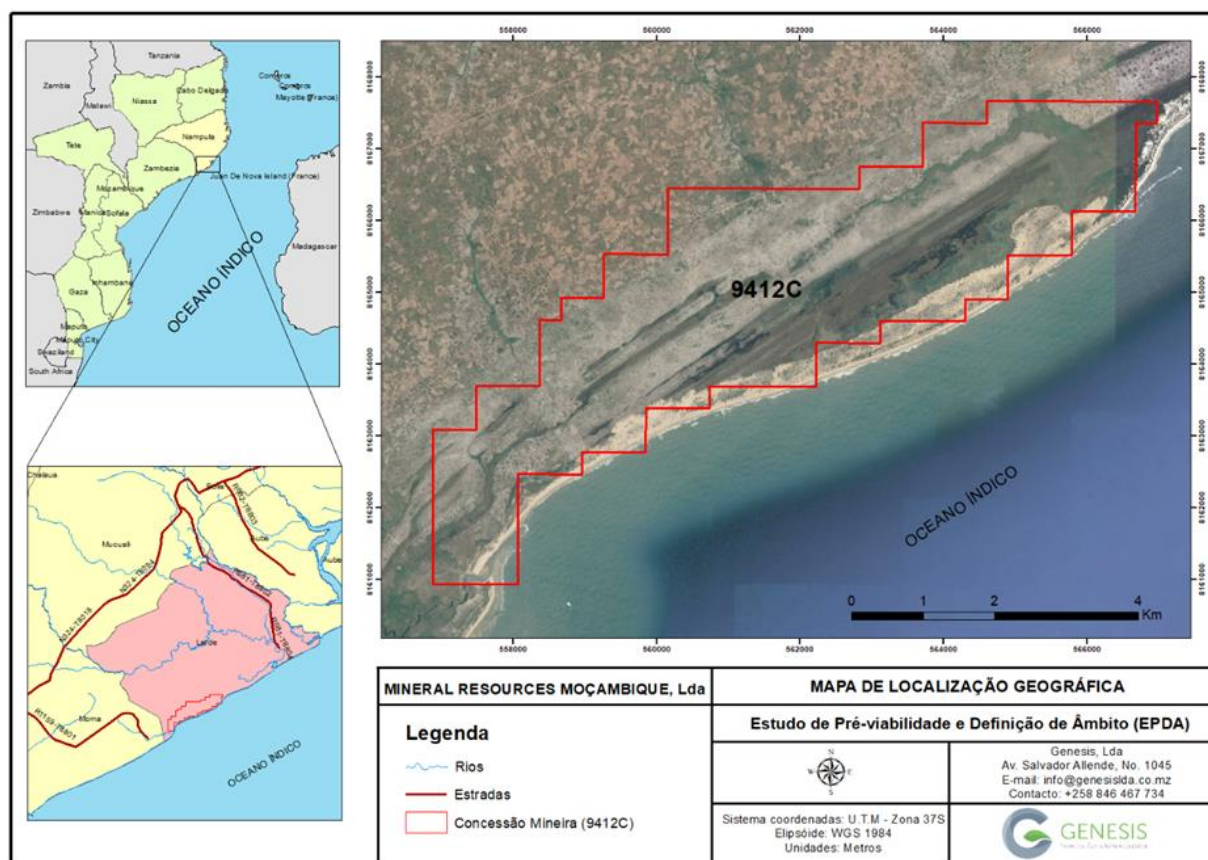


Figura i. Mapa da localização da concessão mineira

IMPACTOS ESPERADOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO (MEIO SOCIOECONÓMICO)

Este projecto trará vários benefícios para a comunidade local, incluindo a geração de postos de trabalho directo durante as fases de construção e operação; implementação de projectos de desenvolvimento social nas comunidades dentro da área de influência do projecto; treinamento e formação dos trabalhadores; dinamização da economia local, através de compra de bens e serviços locais, arrecadação de impostos para o Estado e contribuir positivamente na balança de pagamentos do País. Para potenciar estes impactos positivos serão levadas a cabo acções como, elaboração e implementação de um plano de desenvolvimento das comunidades locais ou plano de responsabilidade social e corporativa com definição de um orçamento anual, capacitação e treinamento da mão-de-obra local, estabelecimento de canais de comunicação permanentes entre o projecto e as partes interessadas.

A implantação do projecto na região de Larde terá como impactos negativos sociais: (i) a perda ou redução do acesso aos recursos naturais; (ii) mudança nos padrões de uso da terra que irão induzir a perda de campos agrícolas e de outros usos a favor da mineração, (iii) atracção de mais pessoas para áreas próximas ao projecto, saturando as infraestruturas públicas existentes, aumento da criminalidade, prostituição e aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade. Estes impactos serão mitigados através da implementação de um plano de acção de reassentamento, plano de desenvolvimento local bem estruturado, disseminação e nivelamento de informação/conhecimento entre a comunidade e o projecto, gestão de expectativas de emprego e de outros benefícios gerados pelo projecto.

LEVANTAMENTO FÍSICO E SOCIOECONÓMICO

Os padrões de ocupação e uso do solo na área de estudo são predominantemente característicos de assentamentos rurais em Moçambique. Isso inclui a presença de assentamentos de tipo rural localizados dentro da concessão mineira. Esses assentamentos são parcialmente isolados e o acesso é feito por estradas rurais locais. Dentro da área do Projecto existem 2 comunidades, nomeadamente, Cabula e Muarazi. A comunidade de Muarazi possui 168 famílias, 1 mesquita, 4 cemitérios, 2 locais sagrados, um edifício da associação de Pescadores, 3 Fontenários, 1 mercado e estradas de terra batida e outras vias de acesso. A comunidade de Cabula possui 175 famílias, uma escola primária, 1 fontenário avariado, 4 igrejas, 6 cemitérios (4 para adultos e 2 para crianças), 10 locais sagrados (7 casas de espírito e 3 árvores). As principais actividades económicas praticadas pelas comunidades são agricultura e pesca. A Tabela i apresenta a população por comunidade.

Tabela ii: Agregados familiares e indivíduos localizados dentro da área de concessão

Agregados Familiares e Indivíduos				
Comunidade	Agregados Familiares	Indivíduos	Indivíduos (masculinos)	Indivíduos (feminino)
Cabula	175	784	394	390
Mualadzi	168	798	370	428
Grand Total	343	1,582	764	818

A população é maioritariamente jovem com maior incidência para a faixa etária dos 0 – 5 anos (24%). O Segundo maior grupo compreende a faixa etária dos 06 – 10 anos e dos 16 – 20 anos que correspondem a 18% e 11% da população global respetivamente. A população idosa é baixa, representada por menos de 5% da população global (figura ii).

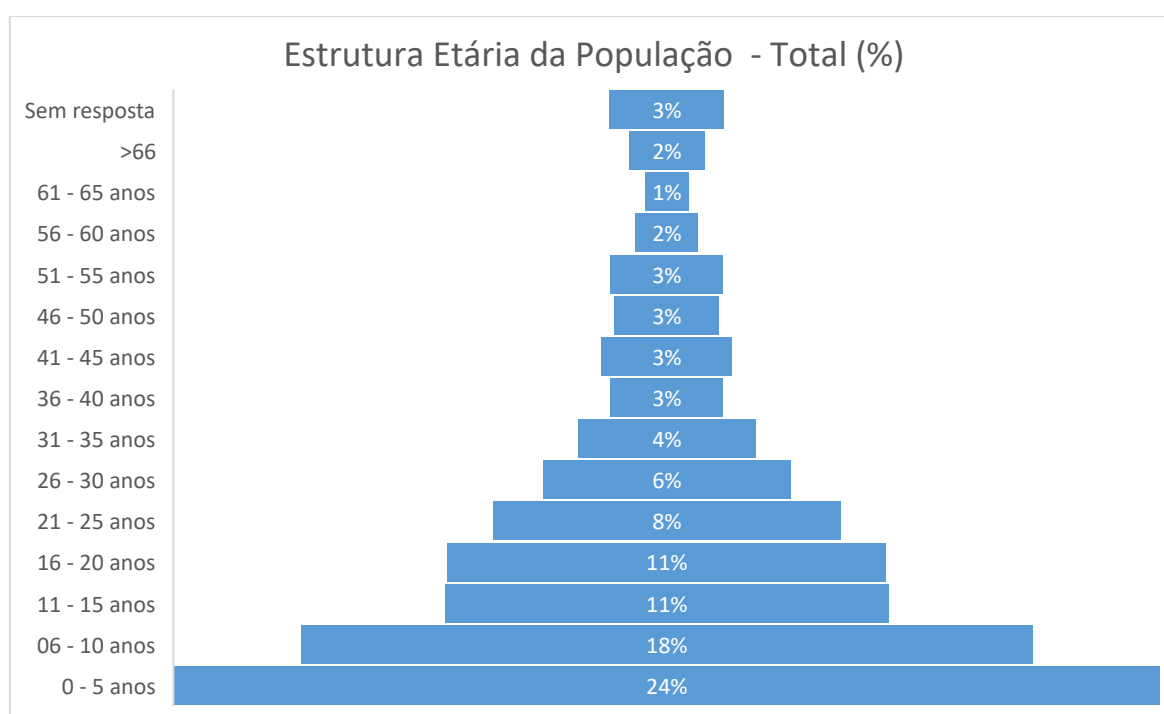


Figura 5. 1: Estrutura etária da população

O levantamento físico registou um total de 3725 machambas pertencentes aos agregados familiares de Mualazi e 764 machambas pertencentes aos agregados familiares de Cabula e 90 machambas pertencentes aos agregados familiares de Tibane (tabela iii).

Tabela iii: Número das machambas por comunidades

Número de Machambas Por Comunidade		
Comunidade	Número de Machambas	Grand Total (%)
Mualadzi	3725	81.3%
Cabula	764	16.7%
Tibane	90	1.97%
Grand Total	4579	100%

As 4579 machambas pertencentes a 4579 indivíduos sendo 2632 do género masculino e 1947 do género feminino. A tabela iv mostra a distribuição dos donos das machambas por comunidade e em género.

Tabela iv: Indivíduos com machambas da área de concessão 9412C

Comunidade	Agregados Familiares	Indivíduos Masculino	Indivíduos Feminino
Mualadzi	3725	2086	1639
Cabula	764	499	265
Tibane	90	47	43
Grand Total	4579	2632	1947

As machambas levantadas perfazem uma área aproximada de 600 hectares de terra cultivada. O tamanho mínimo da área das machambas levantadas é de 0.001 hectares (10m²) e a máxima é de 6 hectares (60 181 m²). Mais da metade das machambas (54%) tem áreas menores que 1000m², 27.62% com áreas que variam de 1001 a 2000 hectares, ver a tabela v.

Todas machambas, pertencem as famílias que vivem fora da concessão mineira 9412C ou no mínimo fora da área operacional, mas que desenvolvem actividades agrícolas dentro da área (ilustrado na tabela iii).

Tabela v: Dimensões das machambas levantadas

Tamanho das machambas (intervalos)	Nº Machambas	Área afectada (hectares)	Tamanho médio (m ²)	(%)
(0 – 1000 m ²)	2 490	132,8	533.26	54
(1001 – 2000 m ²)	1 265	179.4	1 418.11	27.62
(2001 – 5000 m ²)	747	200	2 675	15.28
(5000 – 10 000 m ²)	118	78	6 627	2.55
10 000 – 15 000 m ²	3	3.5	11 496	0.06
>15 000 m ²	1	6	60 181.00	0.02

PERDAS RELACIONADAS AO REASSENTAMENTO

A implementação do Projecto resultará na alteração de uso do solo e trará impactos sócio-económicos com repercussões directas na maneira de viver dos afectados directamente e indirectamente pelo projecto. O plano de mineração do Projecto mostra que não haverá o reassentamento físico das famílias nas comunidades localizadas dentro da área de concessão mineira, porém projecto irá resultar no reassentamento económico, isto é, principalmente das machambas localizadas na área operacional da mina conforme apresentado na figura ii e afectação de 2 cemitérios pertencentes a comunidade de Cabula, 1 pertencente a comunidade de Mualazi e 3 poços de água pertencentes a comunidade de Cabula.

A tabela vi apresenta os principais tipos de perdas e a respectiva quantificação das benfeitorias que serão impactadas pelo projecto nos Povoados de Mualadzi, Cabula e Tibane.

Tabela vi: Tipos de perdas e agregados familiares impactados – Povoados de Mualadzi, Cabula e Tibane

Descrição	Afectados/ Tipo de Perda	Total
Campos agrícolas	Machambas	4579 machambas
Árvores de fruto	Cajueiro	4029
	Mangueira	1703
	Bananeira	2934
	Ananaseiro	2119
	Papaieira	221
	Coqueiro	589
	Ateira	194
	Limoeiro	3
	Laranjeira	266
	Maçanqueira	1
	Moringa	153
	Pera	1
Locais sagrados	Cemitério da comunidade de Cabula	2
	Cemitério da comunidade de Mualadzi	1
	Poços de água usados pela comunidade de Cabula	3

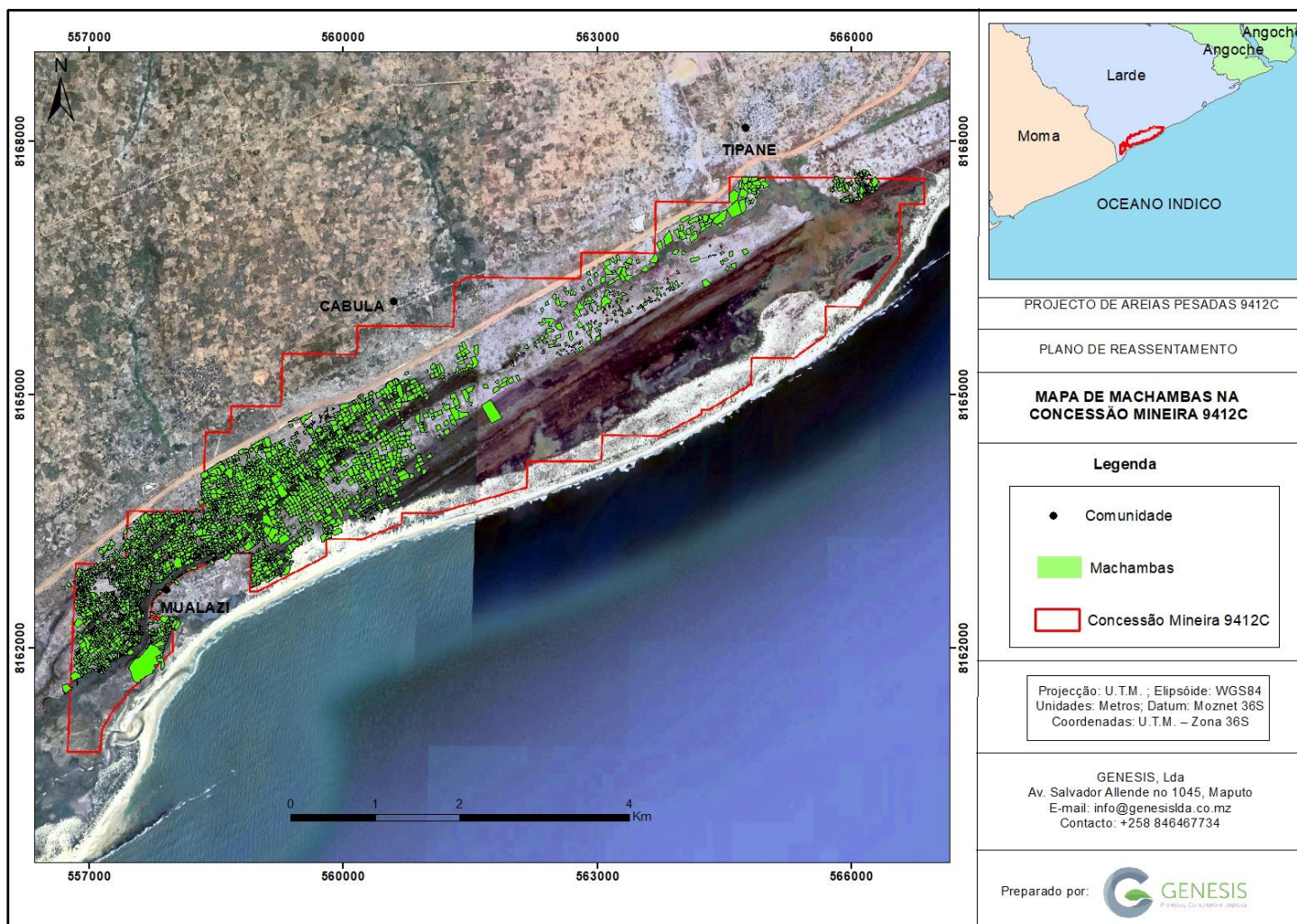


Figura ii: Mapa de distribuição de famílias por áreas de influência de cada fase do Projecto

PRINCIPAIS TIPOS DE PERDAS E A CATEGORIZAÇÃO DOS AFECTADOS

O projecto definiu as categorias de pessoas ou grupos afectados em função dos principais tipos de perdas a favor do projecto. Entende-se por “Categoria de pessoas afectadas - PAPs” todo indivíduo, colectividade ou instituição passível de serem agrupadas em função do mesmo tipo de perda, isto é, em função das perdas e impactos sofridos pela implementação do projecto.

A Tabela vii apresenta os principais tipos de categorias de afectados passíveis de existir na área do Projecto.

Tabela vi: Categorias de Pessoas Afectadas

Categoria de Pessoas Afectadas	Descrição
CATEGORIA 1: Proprietários de terra usada para agricultura, culturas e árvores de fruto	Indivíduo, agregados, colectividade ou instituição proprietários de uma (ou mais) parcela de terra usada para fins agrícolas (machambas), culturas e árvores de fruto localizados, na totalidade ou parcialmente, dentro da zona de exclusiva mineira do projecto.
CATEGORIA 2: Proprietários de estruturas de uso comercial ou de negócio	Indivíduo, agregados, colectividade ou instituição proprietários de um (ou mais) estabelecimento comerciais usado para negócio localizada dentro da zona exclusiva mineira do projecto incluindo bancas, salinas, barracas, ou qualquer outro empreendimento de geração de renda (carpintaria, serralharia, padaria, casa de espíritos usados pelos curandeiros locais, etc.).
Categoria 3: Usuários de locais sagrados e locais de cultos	Indivíduo, agregado, colectividade ou instituição usuário de locais de significância cultural e/ou espiritual (locais sagrados) localizados dentro da zona exclusiva mineira incluindo cemitérios, árvores sagradas e casas espirituais comunitários.
CATEGORIA 4: Provedores de serviços sociais e infra-estruturas públicas	Colectividade ou instituição provedor de serviços sociais ou públicos cujas infra-estruturas se encontrem localizadas dentro da zona exclusiva mineira do projecto. (vias de acesso das comunidades, poços)
CATEGORIA 5: Grupos/pessoas vulneráveis	Indivíduo, agregados ou colectividade localizados dentro da zona de exclusão mineira do projecto e cuja situação de vulnerabilidade se exacerbará em função de acções empreendidas pelo Projecto (incluindo o reassentamento).

CATEGORIA 6: usuários de terra na área hospedeira do reassentamento	Indivíduo, agregado, colectividade ou instituição residente na área de reassentamento o qual irá sofrer, de forma permanente ou temporária, os efeitos do processo de reassentamento.
---	---

SUBSTITUIÇÃO DA TERRA AGRÍCOLA

De acordo com o decreto 31/2012 a perda de habitação e campos agrícolas deve ser compensada em espécie, isto é, habitação e terra de substituição respectivamente. A disponibilização de terra agrícola de reposição é da responsabilidade do Governo Distrital conforme estabelecido no Decreto 31/2012, antecedida pela consulta exaustiva das comunidades afectadas por meio de seus comités. Após aprovação, é responsabilidade do governo distrital delimitar e registar no cadastro oficial a terra hospedeira para machamba e a atribuição do Direito de uso e aproveitamento de terras para conferir segurança de posse de terra.

Identificação de Terras de substituição

O processo de selecção das áreas hospedeiras envolveu várias etapas nomeadamente:

- i. Auscultação da comunidade afectada sobre as suas preferências de áreas de reassentamento;
- ii. Disponibilização pelos Governos dos Distritos de Larde e Moma as áreas disponíveis para o reassentamento, nomeadamente: Mpuhula e Mucocora para as machambas afectadas nas Comunidades de Tibane e Cabula; Namituri para as machambas afectadas na comunidade de Mualazi.
- iii. Visitas técnicas de reconhecimento das áreas propostas envolvendo os membros do governo distrital, seguidos de uma avaliação preliminar das áreas em relação aos critérios de selecção de áreas hospedeiras. Os critérios de seleção da área hospedeira envolveram: inexistência de concessões mineiras, solos com aptidão para agricultura, disponibilidade de espaço para a prática agrícola, local mais próximo possível da área de origem, condições de topografia favoráveis, área com fácil acesso ou transitabilidade.

Este trabalho concluiu que as áreas propostas pelo governo distrital se encontram sobre áreas com concessão mineira, não sendo neste caso seleccionadas com áreas hospedeiras.

Nas consultas tidas com os comités comunitários das comunidades afectadas (Mualadzi, Cabula e Tibane) e com as autoridades distritais, informaram que devido as experiencias anteriores de reassentamento de campos agrícolas realizados pela KENMARE, que não foram bem sucedidas, solicitaram que não lhes fossem fornecidas pelo Governo de acordo com o procedimento normal legislado para o PR, parcelas de terra alternativas para

machamba, mas sim, que estas fossem autorizadas a obter por elas próprias machambas alternativas de substituição através da forma de obtenção tradicional. A forma tradicional de obtenção das machambas é feita através dos direitos costumeiros sobre a terra. Essa é uma solicitação alternativa, ao invés de o fazer através do procedimento previsto pelo reassentamento que envolve a aquisição de um bloco de terra que posteriormente é repartido em machambas individuais e distribuído aos produtores afectados.

A principal razão para esse pedido é que os membros da comunidade declararam que não há grandes parcelas de terra vaga disponíveis nas proximidades da área do projecto e, como tal, é provável (como foi o caso do Projecto Pilibili da Kenmare) que as terras alternativas alocadas sejam localizadas longe da zona residencial das famílias o que aumentaria significativamente o tempo de viagem. Nesses casos (como é evidente nos Projectos Pilibili e Namalope West da Kenmare), as terras alternativas fornecidas pelo proponente não foram utilizadas e permanecem vagas até aos dias de hoje. A comunidade é da opinião de que parcelas menores de terra estão disponíveis dentro da área geral do projecto e podem ser obtidas por meios tradicionais. Para tal foi definido o seguinte procedimento para a identificação de machambas alternativas:

- i. Após actualização das medidas da machamba e inventariação das culturas e benfeitorias existentes na parcela afectada, o proprietário da mesma deve localizar e mostrar a MRM a sua machamba alternativa.
- ii. A PAP deve apresentar a MRM uma declaração da liderança local que confirma a atribuição da terra de substituição por meios tradicionais.
- iii. A MRM vai visitar e georreferenciar a nova machamba para garantir o mapeamento, medir seu tamanho, verificar e garantir que essas áreas estejam localizadas fora da área do projecto, que o tamanho da nova parcela seja no mínimo igual ao tamanho da machamba perdida pelo PAP.
- iv. A machamba é cadastrada pelo SDAE para a tramitação do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT)
- v. O valor do pacote de compensação correspondente aos custos de preparo da nova parcela deve ser liberado para a PAP pela perda de machamba.
- vi. Um exercício de monitoramento conjunto (MRM e o Governo distrital) será feito a cada 6 meses (Setembro e Fevereiro) em uma amostra de machambas para verificar a ocupação e utilização dessas novas machambas. Serão produzidos relatórios do exercício da monitoria e mantidos como evidência, incluindo fotografias das áreas.

QUADRO DO PACOTE DE COMPENSAÇÃO

O quadro do pacote de compensação apresentado na Tabela vii foi elaborado de acordo com o Decreto 31/2012 de 8 de Agosto e boas práticas na elaboração de planos de reassentamento. Este quadro de compensações assegura que as comunidades afectadas tenham os padrões de vida restaurados e as fontes de renda estabelecidas, e apresenta o pacote de compensação para cada tipo de perda.

Tabela vii: Quadro resumo - Pacote de Compensação e Reassentamento

Nº	Categoria	Descrição	Pacote de Compensação
1	Proprietários de terra usada para agricultura, culturas e árvores de fruto	Constitui categoria passível de compensação todo indivíduo, colectividade ou instituição proprietário de um (ou mais) terreno agrícola (machambas), culturas e árvores de fruto localizada dentro da zona de exclusão mineira do Projecto.	<p>Terra usada para agricultura (“machamba”)</p> <p>— Produtor afectado vai identificar área alternativa com o tamanho igual ou superior a área agrícola que está a perder e receberá um valor proporcional de 74 000,00 Mt (setenta e quatro mil meticais) por hectare para cobrir os custos de preparação, limpeza da terra, cultivo e a aquisição de sementes para sua nova área de produção/machamba.</p> <p>Culturas afectadas</p> <p>— Pagamento de compensação monetária em função da área e tipo de cultura afectada sendo o valor de compensação calculado segundo a tabela do Conselho Executivo Provincial (CEP) de Fevereiro de 2024 ajustada as praticas locais (anexo vi).</p> <p>Árvores de fruto</p> <p>— Provisão de compensação monetária em função das unidades e espécies existentes. O valor de compensação calculado segundo a tabela do CEP de Fevereiro de 2024 ajustada as praticas locais (anexo vi).</p> <p>Estruturas sazonais nas machambas</p> <p>Compensação monetária de acordo com a fórmula do Diploma Ministerial nº 181/2010</p>
2	Proprietários de estruturas de uso comercial e de negócio	Constitui categoria passível de compensação todo indivíduo, agregado, colectividade ou instituição proprietários de uma (ou mais) estrutura usadas para fins comerciais ou de negócio localizada dentro da zona de exclusão mineira incluindo bancas, barracas e casa de	<p>— Compensação monetária ao custo total de reposição das estruturas existentes;</p> <p>— Pagamento dos lucros cessantes durante a transferência de acordo com as receitas provadas nos últimos 3 meses antes da efectivação da mudança.</p> <p>— Pagamento dos custos de transporte para transferência para o novo local identificado pela PAP</p>

Nº	Categoria	Descrição	Pacote de Compensação
		espíritos, salina usadas como fontes de renda, tanques de piscicultura	
3	Usuários de locais sagrados	Constitui categoria passível de compensação todos agregados, colectividade ou instituição usuário de locais de significância cultural e/ou espiritual (locais sagrados e cemitérios) localizados dentro da área de operacional da mina nomeadamente o igrejas, mesquitas, cemitérios, árvores sagradas e casas espirituais comunitárias.	<ul style="list-style-type: none"> — Financiamento de despesas inerentes a realização de ritos tradicionais (cerimónias tradicionais) e transferências dos locais sagrados /cemitério (transporte, alimentação, limpeza de área, etc.) nos seguintes termos; <ul style="list-style-type: none"> a) Será pago ao grupo de Reis um montante de 15 770 Mt (quinze mil setecentos e setenta mil meticais) como custo para cobrir a cerimônia comunitária geral para o processo de realocação do túmulo. Esta é a cerimônia comunitária, caso seja necessário a transferência dos cemitérios da comunidade. b) 1 000,00 Mt (mil meticais) aos líderes para realização da cerimônia tradicionais necessária para a realização do processo de realocação de sepulturas. Este pagamento será para cada rei que participa na cerimônia tradicional de bênção por forma a cumprir com a tradição local. c) Após o processo de transladação das sepulturas familiares, será pago um montante padrão de 10 000 Mt (dez mil meticais), para permitir cada família cobrir as despesas para realizar a cerimônia familiar pela realocação das sepulturas. — Protecção dos locais sagrados cuja permanência não impacta o projecto (cemitérios e campas)
4	Provedores de serviços	Constitui categoria passível de compensação todo indivíduo, colectividade ou instituição provedor de serviços sociais e públicos cujas	<ul style="list-style-type: none"> — As vias de acesso que forem interrompidas pelas actividades do projecto devem ser substituídas por alternativas de igual ou melhor qualidade — Os poços de água afectados devem ser substituídos por fontenários

Nº	Categoria	Descrição	Pacote de Compensação
	sociais e públicos	infra-estruturas encontrem-se localizadas dentro da zona exclusiva mineira do projecto (especificamente vias de acesso, poços de água)	— Limpeza da área identificada para o novo cemitério;
5	Grupos vulneráveis	Constitui categoria passível de compensação todo indivíduo, em situação de vulnerabilidade exacerbada em virtude das acções empreendidas pelo projecto (incluindo o reassentamento).	— Estabelecimento de um plano de atendimento especial durante o reassentamento incluindo: a) Provisão de transporte ajustado à condição; b) Ajustamento da habitação em função da vulnerabilidade; c) Assistência no embarque e desembarque dos haveres; d) Acompanhamento pós-reassentamento e monitoria dos padrões de vida; e) Manter os sistemas de apoio pré-existentes.
6	Usuários de terra na área hospedeira do reassentamento	Constitui categoria passível de compensação todo indivíduo, colectividade ou instituição residente na área hospedeira o qual sofre, de forma permanente ou temporária, os efeitos do processo de reassentamento efectuado pelo projecto.	— Terão o mesmo tipo de tratamento que as famílias a serem reassentadas para o mesmo tipo de perdas.

FASEAMENTO DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO ECONÓMICO

A implementação do Plano de Reassentamento vai seguir a sequência do plano de mineração apresentado na figura iii, e não irá interferir com as residências das comunidades localizadas na área de concessão. O plano de mineração apresenta 6 blocos ou secções de mineração, sendo que cada fase irá ocorrer singularmente. Este processo vai permitir que o impacto sobre os campos agrícolas das PAPs seja mitigado através da limitação da área de intervenção e permitir que as áreas já mineradas sejam reabilitadas e devolvidas para o uso das comunidades. Nisto, os ocupantes das outras áreas poderão continuar com as suas actividades até ao período em que os mesmos serão afectados pelo projecto

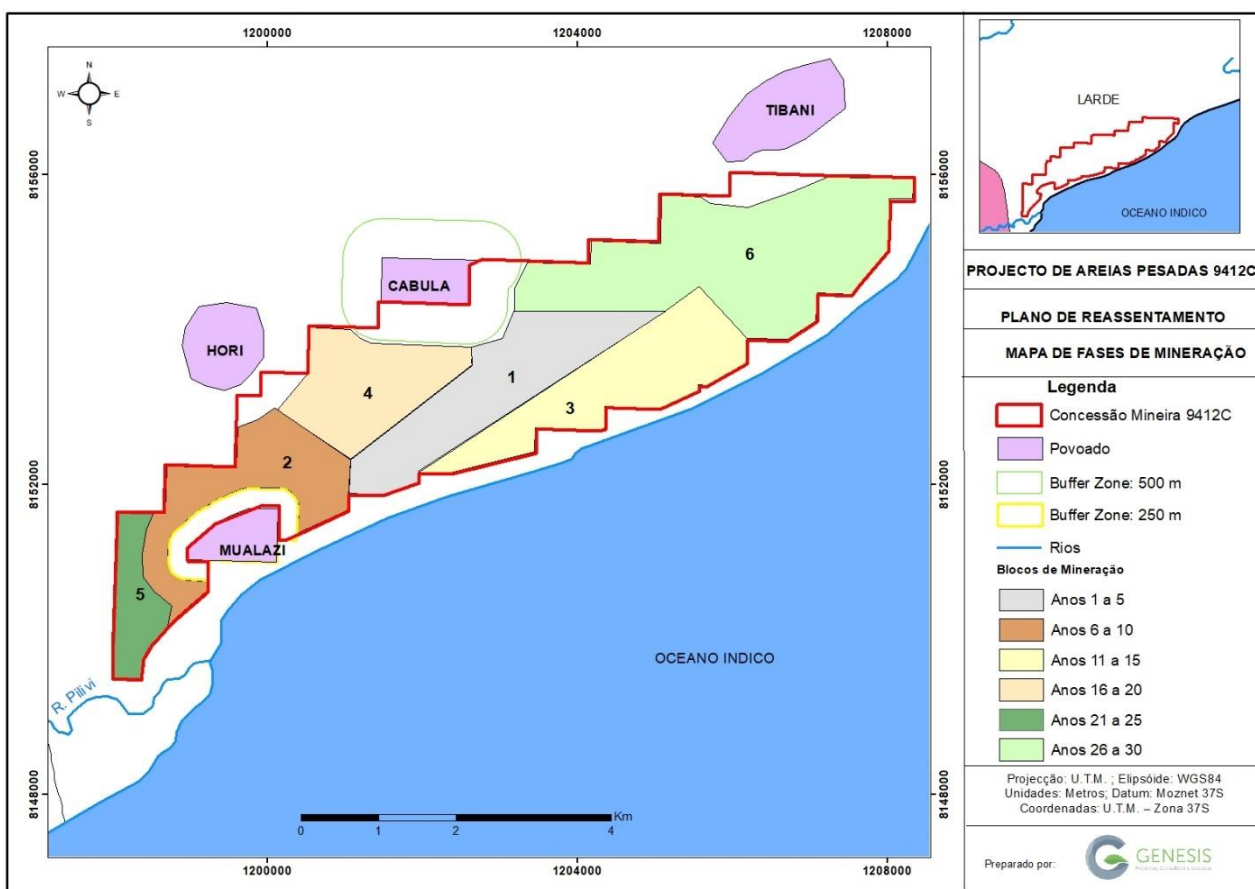


Figura iii: Plano de Faseamento de Mineração

Para a 1ª fase de implementação do PR ocupará a secção de mineração dos anos 1 a 5 anos. Nesta fase serão afectadas um total de 226 machambas e ocupará uma área de 158 hectares. A tabela viii apresenta o resumo das perdas resultantes da referente a 1ª fase do plano de reassentamento.

Tabela viii: Quadro resumo das perdas para a fase 1

Descrição	Afectados/ Tipo de Perda	Total
Terrenos Agrícolas: machambas em uso pelos agregados	Machambas	226 machambas
Árvores de fruto	Cajueiro	198
	Mangueira	84
	Bananeira	144
	Ananaseiro	104
	Papaieira	10
	Coqueiro	29
	Ateira	9
	Moringa	8

RESTAURAÇÃO DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Reassentar economicamente os afectados apenas não basta, será necessário restaurar os meios de subsistência das PAPs para assegurar o seu nível de vida. A prioridade será desenvolver projectos de extensão agrícola, visto que a grande maioria da população afectada é camponesa. Introdução de fomento pesca, piscicultura e pecuário com enfoque na avicultura que podem encontrar mercado no acampamento da mina. Outros programas importantes a serem implementados incluem, formação e treinamento das PAPs em áreas que permitam criar maior empregabilidade, projectos de geração de rendimento, desenvolvimento de hortas, fabrico e comercialização de material de construção.

PARTICIPAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA

Foram criados canais de consulta e participação em função dos tipos de intervenientes (comunidades e governo). Para além de cumprir com os princípios e legalidade relativa à participação e consulta públicas, este processo permitiu, fundamentalmente, para:

- Elevar o nível de conhecimento das comunidades sobre o Projecto;

- Garantir a participação e consulta genuína das partes afectadas e interessadas pelo projecto; e
- Garantir um “feedback” adequado para consolidação da estratégia de implementação do projecto.

O processo de engajamento foi concebido para ocorrer a dois níveis nomeadamente (i) Nível comunitário ou primário, (ii) Nível distrital e provincial ou secundário e (iii) Nível Nacional ou terciário. Os principais mecanismos de consulta e participação incluem reuniões de consulta pública: reuniões com as comunidades afectadas e com o Governo distrital, provincial e nacional.

- O **nível primário** de participação e consulta incluiu as estruturas comunitárias (liderança) e os agregados familiares o qual incluiu os líderes comunitários, os agregados familiares e outras pessoas influentes na comunidade.
- O **nível secundário** de participação e engajamento incluiu as estruturas do Governo Distrital e Provincial incluindo o Administrador do Distrito, os Directores dos Serviços Distritais e os Chefes dos Postos Administrativos e Localidades.
- O **terceiro** e último ou nível central de engajamento incluiu os membros da Comissão Técnica Nacional de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento, incluindo o Departamento de Reassentamento na Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial na qualidade de organismo que superintende o processo de elaboração e implementação dos planos de reassentamento.

A tabela viii apresenta de forma resumida os encontros tidos com as comunidades e o governo distrital, provincial e nacional durante a elaboração do Plano de Reassentamento.

Tabela viii: Consultas realizadas no âmbito de elaboração do plano de reassentamento

Data (s)	Tipo de reunião	Actividades realizadas	Participantes
10/08/23	Consulta pública na Sede do Distrito de Larde	Apresentação do Projecto e informação sobre a intenção do início do processo de levantamento físico e socioeconómico	MTA, Governo Provincial, Distrital, Chefe do Posto Administrativo, Lideranças Locais e Comunidade
11/08/23	Consulta pública na Comunidade de Cabula	Apresentação do Projecto e informação sobre a intenção do início do processo de levantamento físico e socioeconómico	MTA, Governo Provincial, Distrital, Representante do Chefe do Posto Administrativo, Lideranças Locais, e Comunidade

24/08/23	Divulgação na Comunidade de Mualazi	Apresentação do Projecto e informação sobre a intenção do início do processo de levantamento físico e socioeconómico	Chefe da Localidade, Lideranças Locais e Comunidade
29/11/23	Consulta pública na Sede do Distrito de Larde	Apresentação dos Resultados do levantamento físico e socioeconómico	MTA, Governo Provincial, Distrital, Chefes do Posto Administrativo e Localidade, Lideranças Locais e Comunidade
30/11/23	Consulta pública na Comunidade de Cabula	Apresentação dos Resultados do levantamento físico e socioeconómico	MTA, Governo Provincial, Distrital, Chefes do Posto Administrativo e Localidade, Lideranças Locais e Comunidade
25/01/2024	Reunião com o Governo do Distrito de Larde	Apresentação do Projecto ao Excelentíssimo Sr. Administrador de Larde	Governo do Distrito, Proponente do Projecto
26/01/2024	Reunião com o Governo do Distrito de Moma	Apresentação do Projecto ao Excelentíssimo Sr. Administrador de Larde	Governo do Distrito, Proponente do Projecto
27/02/24	Consulta pública na Comunidade de Mualazi	Redefinição da zona de exclusão mineira do projecto	MTA, Governo Provincial, Distrital, Chefe da Localidade, Lideranças Locais e Comunidade
27/02/24	Consulta pública na Comunidade de Cabula	Redefinição da zona de exclusão mineira do projecto	MTA, Governo Provincial, Distrital, Chefe da Localidade, Lideranças Locais e Comunidade
29/10/24	Consulta pública na Comunidade de Cabula	Divulgação da proposta de compensação, cronograma e	MTA, Governo Provincial, Distrital, Chefes do Posto e

		orçamento do Plano de Reassentamento	Localidade, Lideranças Locais e Comunidade
29/10/24	Consulta pública na Comunidade de Tibane	Divulgação da proposta de compensação, cronograma e orçamento do Plano de Reassentamento	MTA, Governo Provincial, Distrital, Chefes do Posto e Localidade, Lideranças Locais e Comunidade
30/10/24	Consulta pública na Comunidade de Mualazi	Divulgação da proposta de compensação, cronograma e orçamento do Plano de Reassentamento	MTA, Governo Provincial, Distrital, Chefes do Posto e Localidade, Lideranças Locais e Comunidade

APRESENTAÇÃO, REGISTO E GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Os principais canais a serem seguidos para apresentar reclamações, reivindicação, disputa ou outra queixa relacionada com o processo de planeamento e implementação do reassentamento são: o livro de reclamações, disponível nas comunidades; o contacto telefónico com o oficial de comunidade da MRM; contacto directo nos escritórios da MRM. O procedimento de gestão de reclamações será gerido por uma equipa qualificada destacada pelo Projecto envolvendo os seguintes actores-chave do processo: 1ª nível - MRM (Proponente do Projecto), Comunidades afectadas e a Comissão Distrital de Reassentamento; 2º nível – Caso não haja solução no 1º nível o caso passa para o Comissão Provincial de Reassentamento e depois para a comissão técnica nacional de acompanhamento e supervisão do reassentamento, como 3º nível. O Tribunal poderá ser accionado como último recurso.

MONITORIA E AVALIAÇÃO

O programa de monitoria compreende dois componentes que visam registar, monitorar e avaliar as actividades acima mencionadas e questões relacionadas com o reassentamento economico, nomeadamente: **Monitoria de implementação** do PAR com o objectivo de identificar os desvios do planificado e realizado; **Monitoria do impacto** – com o objectivo de medir o impacto esperado e o impacto real. Os dados socio-económicos da linha de base servirão de referência obrigatória para medir as melhorias alcançadas no processo de reassentamento.

MATRIZ INSTITUCIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO D PAR

A implementação do PAR irá seguir a estrutura proposta no Decreto 31/2012. Sendo assim irá envolver principalmente a MRM (Proponente do Projecto), Comissão Distrital de Reassentamento, Comissão Provincial

de Reassentamento e a Comissão Nacional Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento.

As lideranças locais e a Sociedade Civil serão integrados nas estruturas já mencionadas.

A MRM irá implementar directamente ou através de um representante confiado para o efeito de implementação do PAR. O implementador terá uma equipa competente e experiente para lidar com todas as partes interessadas e afectadas pelo projecto de modo a assegurar que o nenhuma PAP saia da área do projecto sem ser devidamente compensado. A equipa deverá incluir as seguintes posições-chave: Coordenador de Reassentamento (1), Especialista de Restauração de Meios de Subsistência (1) e Oficial de Ligação com a Comunidade (2), Oficial de implementação de restauração de meios de sobrevivência (2). O Governo através da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão, incluindo os membros da Comissão Distrital de Reassentamento e a Comissão Provincial de Reassentamento irão monitorar a implementação do Plano de Reassentamento e assegurar que o Plano seja seguido na íntegra e assegurar que os afectados adiram ao reassentamento. A Comissão Técnica Nacional de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento assegurará que o reassentamento cumpra com os requisitos técnicos aprovados na elaboração e implementação do Plano. A matriz institucional para a implementação do PAR está apresentada na Tabela xii

Tabela xii: Matriz Institucional

Nome da Instituição	Responsabilidade
MRM	Responsabilidade geral pela implementação do Plano de Reassentamento
	Gerir o orçamento de implementação do Plano
	Aprovação do Relatório
	Supervisionar o processo de pagamento das compensações
	Garantir que os Programas de restauração dos meios de subsistência propostos são implementados
	Contractação do Provedor de Serviços
	Interação com todos os <i>Stakeholders</i> do Projecto
	Garantir que o Plano de Monitoria e Avaliação proposto é implementado.
Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão de Reassentamento	Anúncio das datas-limite
	Aprovação dos Planos de restauração de Meios de vida detalhados
	Aprovação dos projectos das casas, infra-estruturas de apoio e projectos de infra-estruturas públicas, incluindo abastecimento de água
	Acompanhamento e Supervisão da Implementação de reassentamento
	Monitorar o sistema de reclamações e resolução de conflitos
	Monitorar a implementação do Plano
Governo do Distrito de	Aprovar o Plano de Reassentamento

Nome da Instituição	Responsabilidade
Larde/Moma	Fiscalizar as actividades desenvolvidas no âmbito do Plano de Reassentamento
	Disponibilizar espaços para a prática de actividades de subsistência
	Emissão de DUATs necessários
	Monitorar a implementação do Plano
Governo Provincial de Nampula	Acompanhamento de todo o processo de Implementação do Plano de Reassentamento
	Emissão de DUATs necessários
	Assegurar que a implementação segue as directrizes distritais e provinciais no que tange ao Plano de Uso e Aproveitamento da Terra, bem como as políticas sociais do governo provincial
	Monitorar a implementação do Plano
Provedor de Serviços para Implementação do Plano de Reassentamento	Responsável operacional pela Implementação do Plano de Reassentamento.
	Fazer a gestão e coordenação operacional de todas as actividades relacionadas a implementação do Plano
	Interagir com a Comissão Técnica a todos os níveis sobre os progressos da implementação do Plano
	Actualizar, consolidar e fazer a gestão da base de dados do PR e do sistema de gestão de informação do Projecto
	Fazer o detalhamento dos planos de restauração de meios de subsistência
	Elaboração de quaisquer planos identificados no Plano de Reassentamento a ser finalizados na fase de implementação
	Conduzir o processo de negociação individual e prestar os devidos esclarecimentos relacionados a compensação
	Documentar todo o processo de compensação das Pessoas Afectadas pelo Projecto
	Preparar as famílias para o processo de mudança para os novos assentamentos
	Executar o processo de transferência das famílias para o novo assentamento
	Gestão dos mecanismos de reclamações
	Ligação com autoridades governamentais locais, líderes comunitários, etc.
	Acordo com as PAPs sobre os procedimentos exumação, transladação e inumação de sepulturas
	Planeamento e implementação do programa de restauração dos meios de subsistência (em conjunto com a comunidade e outros parceiros)
Reportar sobre o progresso da implementação do Plano	
Líderes Comunitários	Mobilização membros da comunidade para todas as actividades do projecto e representar a comunidade em encontros específicos

Nome da Instituição	Responsabilidade
	Interagir com o provedor de serviços e outros <i>stakeholders</i> do processo
	Participar na resolução de reclamações
	Participar na atribuição de parcelas agrícolas às pessoas afectadas pelo Projecto
	Garantir que não haja novas construções/abertura de novos campos agrícolas durante e após o reassentamento
	Participar no processo de selecção dos locais para infra-estruturas públicas incluindo cemitérios
	Organização e participação na deslocação de sepulturas e cerimónias associadas
Comités Locais de Reassentamento	Mobilização da comunidade
	Partilha de informações relacionadas ao projecto para todos os membros das comunidades
	Canalização de reclamações ao Projecto
Organizações da Sociedade Civil	Mobilizar, sensibilizar e consciencializar a comunidade sobre os seus direitos no âmbito da Implementação do Plano de Reassentamento. Interagir com os diferentes <i>stakeholders</i> envolvidos na Implementação do Plano.
	Realização de uma auditoria sobre o pagamento das compensações
	Monitorar a implementação do Plano
Bancos Comerciais	Abertura de contas bancárias para as PAPs
Organizações religiosas, AMETRAMO	Facilitar aspectos relacionados com os locais sagrados e cerimónias na área de reassentamento

CRONOGRAMA GERAL DO FASEAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE REASSENTAMENTO

O cronograma geral do faseamento de implementação do PR é apresentado na Tabela será:

Tabela ix: Cronograma geral de faseamento de implementação do plano de reassentamento

FASES/ANOS	2025	2030	2035	2040	2045	2050
FASE 1 -BLOCO 1						
FASE 2 -BLOCO 2						
FASE 3 -BLOCO 3						
FASE 4 -BLOCO 4						
FASE 5 -BLOCO 5						
FASE 5 -BLOCO 6						

CALENDÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO REASSENTAMENTO FASE 1

A tabela x apresenta o resumo das actividades de implementação do Plano de Reassentamento para a 1ª fase do Projecto de Areias Pesadas 9412C, que corresponde ao Bloco de Mineração 1.

Tabela x: Cronograma de implementação do Plano de Reassentamento

Actividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Aprovação do PR												
Aprovação do PR- Governo de Moçambique												
Mobilização e Preparação para o Início da Implementação do PR												
Mobilização/Preparação												
Desenvolvimentos de instrumentos de Controlo												
Estabelecimento dos grupos de trabalho												
Detalhamento do Plano de Comunicação e estrutura de implementação												
Actualização das Pessoas e bens Afectadas pelo Projecto												
Acordos de Compensação												
Preparação dos acordos sobre Compensações												
Negociação dos Acordos de Compensação												
Assinatura dos Acordos de Compensação												
Pagamento das Compensações												
Acções Preparatórias para os pagamentos das compensações por perda de culturas												
Pagamento das Compensações												

Actividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Machambas de Substituição												
Identificação das machambas de substituição pelas PAPs												
Cadastramento e assistência das PAPs na tramitação do DUAT Preparação das machambas.												
Pagamento dos valores para a preparação das machambas às famílias												
Acompanhamento dos trabalhos de preparação												
Alocação de infraestruturas de apoio a produção												
Acompanhamento Social Pós-ocupação e Implementação dos Programas de Restauração dos Meios de Subsistência												
Programa de Gestão de Compensações												
Programa de Apoio a produção Agrícola - extensão rural												
Programa de fomento pecuária												
Programa de Apoio ao desenv. de Pequenos Negócios												
Programa de Formação e capacitação - empregabilidade												
Assistência a famílias vulneráveis												
Monitoria e Avaliação												
Monitoria do processo de aquisição das machambas												
Monitoria e avaliação interna												
Monitoria e Avaliação externa												
Avaliação final I												

ORÇAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO GERAL

A tabela xi apresenta o orçamento geral de implementação das actividades previstas no Plano de Reassentamento.

Tabela xi: orçamento geral de implementação do Plano de Reassentamento

Orçamento de implementação do Plano de Reassentamento	
Descrição	Custos em \$US
Campos Agrícolas de substituição	1,205,000.00
Compensação das fruteiras	89,184.10
Compensação pelas culturas da época	2,181,128.50
Locais sagrados incluindo cemitérios	641,300.00
Estruturas de negócios	50,000.00
Restauração dos meios de subsistência	375,000.00
Acompanhamento e Monitoria e Avaliação da implementação	90,000.00
Subtotal	4,631,612.60
Contigências (5%)	231,580.63
TOTAL	4,863,193.23